

Política

É de ansiedade clima antes da fala de Sarney

CARLOS CHAGAS

Mais do que de expectativa, era de ansiedade o clima no Palácio do Planalto, ontem. Vem coisa por aí. O presidente José Sarney cancelou a maioria das audiências privadas que concederia na próxima semana. Fará um pronunciamento à Nação, na noite de segunda-feira, devendo anunciar os índices inflacionários de março, negativos, e as previsões para os próximos meses. Revelará, também, os termos do decreto que regulamentará o Plano de Estabilização Econômica, com ênfase para o seguro-desemprego. E aproveitará para apresentar algumas reformas sociais, ontem ainda indefinidas na medida em que umas poderão ser objeto de sua palestra pelo rádio e a televisão, enquanto outras ficarão para o decorrer da semana. Ou mais tarde.

Trabalhou-se ativamente na sede do Executivo, nos últimos dias, em especial nas salas do chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, e do consultor-geral da República, Saulo Ramos. Também no Ministério do Planejamento e no Ministério da Justiça as atividades têm sido comuns.

Além da regulamentação dos decretos-leis 2283 e 2284, admite-se que venham a público, a partir de segunda-feira, dispositivos referentes aos aluguéis residenciais, à fiscalização, aos bancos e à Previdência Social, bem como, depois, iniciativas no plano da reforma urbana e da reforma universitária. Está afastada a hipótese de novidades imediatas na área da reforma agrária, devendo ficar para mais tarde o plano integrado referente à saúde pública, a envolver as estruturas dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social, da Educação, do Trabalho e do Interior. Há dúvidas quanto a nova Lei de Greve, capaz de vir logo.

O segredo continua a alma do negócio, e, até ontem, eram poucas as informações colhidas nos corredores palacianos. Como de vezes anteriores, poucos têm acesso ao conjunto, ainda que muitos, setorialmente, cuidem de temas específicos, nos ministérios e nas assessorias. Espera-se que neste fim de semana o presidente da República reúna os estudos encomendados e escalone a nova etapa reformista, especialmente naquilo que se refere ao setor social. Ele redigirá amanhã o pronunciamento a ser feito em cadeia de rádio e televisão, dentro de 48 horas, com gravação prevista para a manhã de segunda-feira.

No passado, quando se notava atividade extraordinária no Palácio do Planalto, o mínimo a fazer era comprar escova de dente suplementar e colocá-la no bolso. Ninguém sabia se, diante de novos atos revolucionários, dormiria em casa ou acabaria em algum porão dos órgãos de repressão. Hoje, a realidade mudou. Espera-se por novas propostas oficiais com otimismo e simpatia, pelo menos no que se refere à grande massa assalariada.

A imagem do presidente da República, ao aparecer nos vídeos, diferente da carranca dos generais que, quando apareciam, era para anunciar apertos, fechaduras, despautérios e exceção quase continuada. Mesmo os apelos ao sacrifício agora são aceitos pela imensa maioria dos espectadores e pouca gente desliga os aparelhos como costumava fazer o pai do Joãozinho.

Esse senhor, personagem do folclore político, ficou famoso porque inspirou o filho, vencedor de um concurso de redação infantil, a dar ao trabalho o pomposo título de "Presidente Fulano de Tal, o Imortal". "Imortal por quê?" — perguntou a professora. "Porque o meu pai, antes de desligar, pergunta sempre por que

é que o homem não morre nunca..."

Pois agora é mesmo diferente e as aparições de Sarney disputam até os Ibopes. Chegam a dar 80 ou 90% de audiência.

A regulamentação dos decretos-leis do plano de estabilização econômica esteve até quarta-feira com o consultor-geral da República, Saulo Ramos, tendo sido entregue em seguida ao presidente Sarney. A partir de sua divulgação será implantado de fato o salário-desemprego, devendo beneficiar logo os bancários que vêm sendo demitidos. Entender-se-á a outra categorias, em processos rápidos, de modo a produzir efeitos dentro de um mês. Equivale a dizer, em 30 dias serão pagos os primeiros salários-desemprego.

Também na regulamentação devem constar mecanismos capazes de facilitar as negociações diretas entre patrões e empregados, em condições de funcionar antes que cheguem ao clímax os dissídios dos metalúrgicos paulistas. Não se tem certeza da inclusão do projeto de nova lei de greve na fala presidencial. O tema poderá ficar para depois.

Preparado no Ministério da Justiça, virá o texto dos aluguéis, impedindo por dois anos a retomada de imóveis pelos proprietários e sustentando os preços conforme a tabela anunciada pelo governo. Será regulada a fiscalização do pacote e estimulado o poder do cidadão comum para denunciar remarcações não apenas no comércio varejista, mas na prestação de serviços de saúde, educação e sucedâneos. Ao mesmo tempo, o presidente informará da revogação da contribuição dos aposentados e pensionistas do INPS. Haverá um reforço na fiscalização das fraudes e serão criados conselhos tripartites, com representantes das empresas, dos empregados e do governo. Novidades virão no setor dos bancos. Não o tabelamento de juros, hipótese por enquanto excluída, mas propostas em condições de adaptar as estruturas bancárias à realidade sem inflação. Serão estimulados os conglomerados e as múltiplas atividades.

O plano integrado de saúde pública é mais pretensioso e exigirá novas reuniões dos ministros Roberto Santos, Raphael de Almeida Magalhães, Jorge Bornhausen e Ronaldo Costa Couto, entre eles e com o ministro Marco Maciel. A previsão é de os ministérios da área social reunirem recursos, sem duplicidade de funções, bem como transferirem boa parte dos serviços ao nível municipal, através de convênios com as prefeituras. A descentralização surge como um de seus pontos fundamentais, dando-se a conselhos comunitários a tarefa de zelar pelos serviços, fiscalizando-os. Uma convergência dos programas de assistência existentes nos diversos ministérios está em pauta, da proteção à mulher à alimentação, da saúde ocupacional ao saneamento. Será incrementada também a produção de 40 remédios básicos, populares, pela Ceme, bem como se admite a possibilidade de voltarem as antigas "carteiras de saúde", uma para cada cidadão.

Da reforma urbana, sabe-se que seguirá em muito o texto preparado anos atrás pelo então ministro do Interior, Mário Andreazza. Quanto à reforma universitária, é a que foi preparada pelo ministro Marco Maciel, quando na Educação.

A idéia do presidente José Sarney, conforme seus assessores, é aproveitar a oportunidade da mobilização popular e do apoio que a sociedade vem demonstrando ao seu governo para dar alguns passos adiante, necessários como complementação do pacote econômico e, também, para caracterizarem a real opção feita pelo social, ainda no início de seu governo.